

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171.361 - SC (2020/0072230-6)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
SUSCITANTE : **GILBERTO CARLOS TRINDADE BELCAMINO (PRESO)**
ADVOGADO : **DEMETRIUS BARRETO TEIXEIRA - RS104631**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SANTA ROSA DO SUL - SC**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência apresentado por **GILBERTO CARLOS TRINDADE BELCAMINO**, suscitante, em face de decisão condenatória proferida pelo **MM. Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Francisco de Paula/RS**, ora suscitado, nos autos da ação penal n. 0001006-23.2016.8.21.0066.

Alega, em síntese, que "*o juízo incompetente se manifestou acerca da sua competência, arguindo acórdão do TJ/RS que supostamente havia lhe conferido a competência para o caso, em clara violação à competência dessa Corte Superior, de solucionar conflito de competência entre juízes de Tribunais diferentes*" (fl. 5).

Aduz, outrossim, que "[*é*] clara a competência do **juízo de da Comarca de Santa Rosa do Sul – SC**" (fl. 6), tendo em vista que "[*n*]ão obstante o magistrado da Comarca de São Francisco de Paula tenha recebido a denúncia quanto aos fatos remanescentes, em sua decisão, reconhece que há identidade probatória entre os fatos 01 e 02, o que significa conexão probatória" (fl. 7).

Requer a concessão da **medida liminar**, com a "*suspensão do curso do processo nº 0001006-23.2016.8.21.0066, antes da requisição de envio deste para esta Corte Superior para solucionar o presente conflito de*

competência" (fl. 13).

O **Juízo de Direito da Comarca de São Francisco de Paula/RS**, ora suscitado, informou que, da análise dos autos, *"denota-se que a litispendência ocorre em relação ao crime de roubo descrito no segundo fato da exordial em face da Instituição Bancária Banrisul"* (fl. 27).

É o relatório.

Decido.

A pretensão liminar formulada pelo proponente mostra-se inadequada, porquanto não se constata, de pronto, prejuízo manifesto que justifique a suspensão das ações penais em trâmite, máxime que nada foi levantado concretamente neste sentido. De outro modo, não se vislumbra de plano, dentro de um juízo superficial, a alegada identidade plena entre os processos criminais em trâmite perante Juízos diversos.

Assim, **indefiro a liminar almejada.**

Solicitem-se informações aos **Juízos Suscitados**, no prazo de 10 (dez) dias (art. 197, do RISTJ), especialmente quanto ao exame da incompetência levantada.

Uma vez respondidos os expedientes, abra-se vista dos autos ao **Ministério Público Federal.**

P. I.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator